

Dr. Daniel Ermete Uvo nasceu em 20 de agosto de 1928, na capital. Em 18 de fevereiro de 1957, casou-se e no mesmo ano mudou-se para o município de Garça. Ele possuía o título de Cardiologista pela Sociedade Brasileira de Cardiologia e era formado pela Universidade Federal de Medicina. Dr. Daniel foi convidado por um grupo de médicos do Hospital Geral Particular Santa Helena para se juntar à equipe. Junto com o Cirurgião Mário Nunes Miranda, o Anestesiista José Formigoni e o Dr. Alvim, ele formou uma equipe de cardiologia responsável por várias cirurgias cardíacas no primeiro ambulatório de Doenças Reumáticas do Coração de Garça. A primeira cirurgia desse tipo na cidade foi histórica e realizada pelos renomados cirurgiões Dr. Zerbini e Adib Jatene.

Graças ao Dr. Daniel, a população de Garça teve acesso aos tratamentos mais modernos para doenças cardiovasculares. Ele trouxe consigo um eletrocardiógrafo importado e um aparelho de radioscopia para diagnósticos e tratamentos. Durante as consultas, além de prescrever medicamentos, Dr. Daniel fazia questão de orientar seus pacientes sobre os malefícios do cigarro e a importância de uma alimentação saudável, práticas que ele próprio seguia.

Apesar de várias oportunidades de trabalho na capital e no exterior, incluindo uma bolsa de estudos nos Estados Unidos e uma nomeação pelo então Governador Carvalho Pinto para o Instituto de Cardiologia de São Paulo, Dr. Daniel nunca pensou em deixar Garça. Em várias entrevistas, ele afirmava que a vida tranquila do interior, ao lado da esposa e dos filhos, lhe permitia ser mais útil à comunidade garcense.

Além de sua realização pessoal e profissional, Dr. Daniel também se sentia realizado com sua esposa, Dona Marina Bertacchi Uvo, Psicóloga e Advogada e com seus filhos que seguiram a carreira na medicina: Sílvio Antonio Bertacchi Uvo tornou-se Cirurgião de Cabeça e Pescoço, Ricardo Antonio Bertacchi Uvo é Cirurgião Infantil, Eduardo Antonio Uvo é Ortopedista, Claudia Regina Bertacchi Uvo é Fonoaudióloga, e Cintia Bertacchi Uvo é Pós-Graduada em Meteorologia e avô de 13 netos.

Dr. Daniel Ermete Uvo faleceu em 22 de maio de 2021, deixando muita saudade e sendo lembrado como um ser humano excepcional que escolheu Garça como sua cidade de coração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARÇA

C.N.P.J. N.º 44.518.371/0001-35

DEPARTAMENTO DE CADASTRO E CONTROLE DE IMÓVEIS

CERTIDÃO

O Diretor do Departamento de Cadastro e Controle de Imóveis da Prefeitura Municipal de Garça, no uso de suas atribuições legais,

C E R T I F I C A, para os devidos fins, em que é interessado a SRa. ELLEN CRISTINA SGANZERLA GONÇALVES, Memorando 14.656/2024, que, não consta nenhum logradouro ou próprio municipal em nome de DR. DANIEL ERMETE UVO, até a presente data.

É o que cumpre Certificar.

O Referido é verdade e dou fé.

Garça, 27 de MAIO de 2.024.

JAIR DE JESUS SGARBI

Diretor de Departamento

Prefeitura Municipal de Garça - SP

GARÇA-SP. CEP 17404256



Convênio que celebram o Estado de São Paulo, por meio de suas Secretarias da Habitação e de Desenvolvimento Social, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e o Município de Garça, tendo por objeto a implementação do Programa Vida Longa.

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2020, o **Estado de São Paulo**, por meio da **Secretaria da Habitação**, neste ato representada pelo seu Titular **Flavio Augusto Ayres Amary**, doravante denominada **SH**, e da **Secretaria de Desenvolvimento Social**, neste ato representada pelo seu Titular **Célia Kochen Parnes**, doravante denominada **SEDS**, nos termos da autorização constante do Decreto nº 64.509, de 1º de outubro de 2019, a **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU**, com sede na rua Boa Vista, nº 170, inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.865.597/001-09, neste ato representada por seu Diretor Presidente **Reinaldo Iapequino**, R.G. nº 7.573.553 - SP, CPF nº 628.332.868-72, e por seu Diretor Técnico **Aguinaldo Quintana Neto**, R.G. nº 3.596.068-1, CPF nº 152.959.075-20, doravante designada **CDHU**, e o **Município de Garça**, neste ato representado por seu Prefeito **João Carlos dos Santos**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com base nos dispositivos constitucionais e legais vigentes, celebram o presente convênio, que se regerá pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, em conformidade com as cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

O presente convênio tem por objeto a implementação do Programa Vida Longa, por meio da execução das seguintes ações:

I - transferência de recursos financeiros da **SH** para a **CDHU**, para que esta proceda à construção, no **MUNICÍPIO**, de equipamento comunitário de moradia gratuita e respectiva área de convivência social para pessoas idosas, com 26 (vinte e seis) unidades habitacionais, dotado de mobiliário básico indispensável ao atendimento das necessidades e ao desempenho das atividades dos beneficiários, de acordo com o Plano de Trabalho que integra o presente instrumento como Anexo I;



II – implantação, pelo **MUNICÍPIO**, de Projeto Social, aprovado pela **SEDS**, contemplando serviços sociais voltados à proteção e defesa dos direitos dos idosos beneficiários, em consonância com as diretrizes e condicionantes estabelecidas em Resolução Conjunta SH-SEDS, de acordo com o Plano de Trabalho que integra o presente instrumento como Anexo II.

§ 1º - A construção do equipamento comunitário será executada pela **CDHU** em terreno de propriedade do **MUNICÍPIO**, livre e desimpedido de ônus, mediante a apresentação de matrícula expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 2º - O equipamento comunitário construído pela **CDHU** constituirá patrimônio do **MUNICÍPIO** agregado ao seu terreno e será por ele gerido, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela **SEDS**.

§ 3º - O Plano de Trabalho - Anexo II deverá prever a implantação e a oferta de serviço de acolhimento em república para pessoas idosas, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constante da Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009.

§ 4º - O Secretário da Habitação e o Secretário de Desenvolvimento Social, amparados em manifestação fundamentada das áreas técnicas das Pastas, poderão autorizar modificações incidentes sobre os Planos de Trabalho – Anexos I e II, respectivamente, para sua melhor adequação técnica ou financeira, vedadas a alteração do objeto do ajuste ou acréscimo de valor.

CLÁUSULA SEGUNDA

Das Obrigações dos Partícipes

Para a execução do objeto do presente convênio, os partícipes terão as seguintes atribuições:

I - cabe à **SH**:

a) destinar recursos financeiros para a execução do equipamento comunitário e respectivas áreas de convivência social, e dotá-lo de mobiliário indispensável ao exercício das atividades, conforme definido no Plano de Trabalho - Anexo I;

b) analisar e aprovar a documentação técnica e administrativa exigida para a formalização do processo;

c) transferir à **CDHU**, até o limite previsto na Cláusula Terceira, os recursos alocados para execução do objeto previsto no Plano de Trabalho - Anexo I, nos termos do § 3º do artigo 116 da Lei federal nº 8.666/93, e alínea "e", do item 3 do § 1º do artigo 11 do Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013, e nos termos da Cláusula Quinta deste instrumento;



d) acompanhar a aplicação dos recursos, analisando a prestação de contas trimestral dos recursos transferidos à **CDHU**;

e) atestar a execução final do objeto ajustado, na conformidade do disposto no artigo 73 da Lei federal nº 8.666/93;

II - cabe à SEDS:

a) definir as diretrizes para a gestão do equipamento comunitário e oferta de serviço socioassistencial, em conformidade com a Política de Assistência Social;

b) prestar assessoria técnica ao **MUNICÍPIO** na elaboração e execução do Projeto Social e orientar os técnicos responsáveis pela gestão do equipamento e pela oferta de serviço socioassistencial;

c) aprovar o Projeto Social do **MUNICÍPIO**, elaborado conforme modelo-padrão veiculado por Resolução Conjunta SH-SEDS;

d) capacitar as equipes técnicas para a execução do serviço socioassistencial de acolhimento institucional na modalidade república;

e) monitorar e avaliar a gestão do equipamento comunitário e a oferta do serviço socioassistencial de acordo com o previsto no Plano de Trabalho - Anexo II;

III - cabe à CDHU:

a) elaborar os projetos necessários à construção do equipamento comunitário, termos de referência e especificações técnicas, que deverão obedecer aos requisitos de acessibilidade e segurança e ao conceito de desenho universal, conforme previsto no Decreto nº 53.485, de 26 de setembro de 2008;

b) executar, direta ou indiretamente, o objeto previsto na Cláusula Primeira, nos prazos e nas condições estabelecidos no Plano de Trabalho - Anexo I, sob sua inteira e total responsabilidade, inclusive no tocante ao fornecimento de material, disponibilidade e despesas de pessoal, obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, sociais, decorrentes de ato ilícito, ou outras de qualquer natureza, observando, ao longo dos trabalhos, os melhores padrões de qualidade e economia, bem como a legislação pertinente, em especial a que rege as licitações e contratos administrativos;

c) acompanhar e fiscalizar a execução das obras e dos serviços;

d) submeter previamente à **SH** eventual proposta de alteração do Plano de Trabalho - Anexo I originariamente aprovado;



e) colocar à disposição da **SH** toda a documentação envolvendo a aplicação dos recursos repassados, possibilitando o mais amplo acompanhamento do desenvolvimento do objeto deste ajuste;

f) prestar contas à **SH** da correta aplicação dos recursos, na forma da Cláusula Sexta, sem prejuízo do atendimento das instruções do Tribunal de Contas;

g) adquirir e doar para o **MUNICÍPIO** o mobiliário básico que integra o equipamento comunitário;

IV - cabe ao MUNICÍPIO:

a) aprovar os projetos indispensáveis à construção do equipamento comunitário junto a todos os órgãos e esferas de governo competentes;

b) autorizar a **CDHU** a construir o equipamento comunitário em terreno de sua propriedade;

c) efetuar a averbação na matrícula das edificações que compõem o equipamento comunitário, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, arcando com os respectivos custos;

d) elaborar o Projeto Social em conformidade com modelo-padrão veiculado por Resolução Conjunta SH-SEDS;

e) gerir o equipamento comunitário e ofertar serviço socioassistencial de acordo com o Projeto Social, por meio do órgão local gestor da assistência social;

f) custear a gestão do equipamento comunitário e executar ações e oferta de serviço socioassistencial, conforme o Projeto Social;

g) suportar todas as despesas ordinárias e extraordinárias relativas à manutenção predial do equipamento comunitário, às obras necessárias para reparações ou consertos nas unidades habitacionais ou equipamentos comuns, sempre que necessário para repor as condições de habitabilidade e segurança, além de eventuais despesas com reposição de mobiliário;

h) assegurar a gratuidade da moradia às pessoas idosas beneficiárias;

i) identificar potenciais beneficiários e promover de forma transparente sua inclusão no Programa Vida longa, de acordo com os critérios estabelecidos em Resolução Conjunta SH-SEDS;

j) encaminhar para instituições especializadas os beneficiários que vierem a se tornar, de forma temporária ou permanente, dependentes e fragilizados;



k) articular-se, por meio de instrumentos específicos, com órgãos públicos e entidades da sociedade civil, a fim de promover ações integradas visando contribuir para o fortalecimento e a ampliação da rede de proteção e defesa dos beneficiários;

l) prestar as informações solicitadas pela SH e SEDS, periodicamente, para monitoramento e avaliação do Programa Vida Longa;

m) promover ações intersetoriais de modo a integrar o Programa Vida Longa à rede de serviços do **MUNICÍPIO**, especialmente ao SUS e ao SUAS.

CLÁUSULA TERCEIRA

Do Valor

O valor do presente convênio é de R\$ 3.073.919,71 (Três milhões, setenta e três mil, novecentos e dezenove reais e setenta e um centavos), de responsabilidade da SH.

CLÁUSULA QUARTA

Dos Recursos Financeiros e Sua Aplicação

Os recursos de responsabilidade da SH, a serem transferidos à CDHU, são originários do Tesouro do Estado, Conta 2508 - Programa Provisão de Moradias, Ação 16.482.2508.2006 – Produção de Moradias para Demanda Geral, na natureza da despesa 449051-30 - Obras e Instalações.

§ 1º - Os recursos transferidos pela SH à CDHU serão depositados em conta vinculada ao convênio, em instituição financeira a ser indicada pela SH, devendo ser aplicados exclusivamente na execução do objeto deste convênio.

§ 2º - A CDHU deverá observar o seguinte:

1. no período correspondente ao intervalo entre a liberação dos recursos e a sua efetiva utilização, os recursos deverão ser aplicados, por meio da instituição financeira indicada, em caderneta de poupança, se o seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos inferiores a um mês;

2. as receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio, e aplicadas exclusivamente na execução do objeto deste convênio;

3. quando da prestação de contas, deverão ser apresentados os extratos bancários contendo o movimento diário (histórico) da conta,



juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras, a serem fornecidos pela instituição financeira indicada;

4. o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará à reposição ou restituição do numerário recebido, acrescido da remuneração da caderneta de poupança no período, computada desde a data do repasse e até o efetivo depósito.

CLÁUSULA QUINTA

Da Liberação dos Recursos

Os recursos serão repassados pela **SH** à **CDHU** em uma única parcela, no valor total orçado e previamente aprovado pela **SH**, em até 30 (trinta) dias contados da data da assinatura deste instrumento, por meio de depósito em conta vinculada aberta junto à instituição financeira a ser indicada pela **SH**.

CLÁUSULA SEXTA

Prestação de Contas

As prestações de contas da aplicação dos recursos transferidos serão realizadas segundo o Cronograma Físico-Financeiro que integra o Plano de Trabalho – Anexo I, em periodicidade trimestral.

Parágrafo único – Concluída a execução do objeto deste ajuste, a **CDHU** deverá apresentar a prestação de contas final, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

Do Prazo

O prazo de vigência do presente convênio no que concerne tanto à construção do equipamento comunitário quanto à execução do Projeto Social será de 24 (vinte e quatro) meses a contar da assinatura deste instrumento.

§ 1º - Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente convênio poderá ter sua vigência prorrogada, mediante termo aditivo e prévia autorização do Secretário da Habitação e do Secretário de Desenvolvimento Social, observadas as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 6.544, de 20 de novembro de 1989, e demais normas regulamentares aplicáveis.

§ 2º - A mora na liberação dos recursos, quando devidamente comprovada nos autos, ensejará a prorrogação automática deste



convênio, desde que autorizada pelo Secretário da Habitação, pelo mesmo número de dias relativos ao atraso da respectiva liberação, independentemente de termo aditivo.

§ 3º - Após sua implementação, o Projeto Social integrará o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS e constituirá serviço de ação continuada, devendo ser submetido anualmente ao Conselho Municipal do Idoso e de Assistência Social.

CLÁUSULA OITAVA

Da Denúncia e da Rescisão

Este convênio poderá ser denunciado pelos partícipes a qualquer tempo, mediante notificação prévia com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e será rescindido por infração legal ou descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

Parágrafo único – Na hipótese de o **MUNICÍPIO** descumprir as obrigações previstas nas alíneas “e” a “g” do inciso IV da Cláusula Segunda, ficará obrigado a restituir o valor despendido pela **SH** na construção e aquisição do mobiliário do equipamento comunitário.

CLÁUSULA NONA

Dos Saldos Financeiros Remanescentes

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, serão devolvidos à **SH** por meio de guia de recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, a ser providenciada pela **SH**.

CLÁUSULA DÉCIMA

Da Responsabilidade pela Devolução dos Recursos

A **CDHU** obriga-se, nos casos de não utilização integral dos recursos para o fim conveniado, ou de sua aplicação irregular, a devolvê-los, acrescidos da remuneração devida pela aplicação em caderneta de poupança, desde a data da sua liberação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Ação Promocional

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente convênio, deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, por suas Secretarias da Habitação e de Desenvolvimento Social,



obedecidos os padrões estipulados, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do §1º do artigo 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital de São Paulo para dirimir litígios oriundos da execução deste convênio.

E, por estarem de acordo, assinam os partícipes o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo subscritas.

São Paulo, 11 de dezembro de 2020



SECRETÁRIO DA HABITAÇÃO

Flavio Augusto Ayres Amary

SECRETÁRIA DE DESENV/O SOCIAL

Célia Kochen Parnes

Reinaldo Iapequino
Diretor Presidente
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO
ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU

Aguiar do Vozes Quintana Neto
Diretor Técnico

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GARÇA

João Carlos dos Santos

Testemunhas:

1. _____

Nome: **Elcio Sigolo**

R.G: **5.873.680-3**

CPF: **871.867.808-49**

2. _____

Nome: **Valeria Duarte**

R.G: **2.088.074-6**

CPF: **605.808.259-00**

